

|857| NOVAS CENTRALIDADES E FRAGMENTAÇÃO URBANA:

JOÃO PESSOA – PB COMO ESTUDO DE CASO

Dayse Luckwu Martins

Resumo

Refletir acerca da formação de novas centralidades urbanas perpassa necessariamente pela observância dos processos de reestruturação pelas quais as grandes cidades brasileiras passaram a partir de um contexto de expansão vivenciado pelas mesmas pós a década de 1960 e que deste processo resulta em uma transformação da paisagem urbana contemporânea dessas cidades. Sob essa ótica, o presente artigo apresenta o estudo de caso de João Pessoa, capital do estado da Paraíba objetivando investigar o seu processo de expansão urbana e a formação de novas centralidades a partir do entendimento de que esses novos centros são portadores de significados na paisagem da cidade. Os estudos sobre as novas centralidades apontam para questões de cunho econômico, de produção e de circulação. Todavia, não podemos nos ater tão somente a percepções mais materialista para analisarmos a produção do espaço urbano. Deparamo-nos com um fenômeno urbano complexo que congrega diversas abordagens e facetas que se confrontam e se complementam muitas vezes para a sua compreensão. Assim o presente artigo analisa o seu estudo de caso apontado considerando conceitos como fragmentação e significados nas paisagens das novas centralidades em João Pessoa - PB.

Palavras-chave: novas centralidades, paisagem, fragmentação, significados

Introdução

O presente artigo é oriundo de reflexões acerca da formação de novas centralidades em João Pessoa, capital da Paraíba, e busca observar o contexto de reestruturação urbana para a formação da paisagem contemporânea da cidade. As reflexões a que se pretende chegar perpassam pela observância de que estas centralidades, embora possam ser consideradas espaços fragmentados na malha urbana, constituem parte da paisagem e como tal são fruto de um processo dinâmico e de mão dupla entre sociedade e o meio. Neste aspecto, pode-se inferir que, a tais áreas, são atribuídos novos significados pela população que a habita. Significados que se distanciam daqueles imputados aos centros antigos e que se diferenciam se tomarmos como análise diferentes centralidades na cidade. Tourinho expressa bem a condição assumida pelos novos centros urbanos e as implicações de seu distanciamento do centro tradicional:

(...) a centralidade, que inicialmente se referia à cidade frente ao campo, para depois qualificar com seus atributos uma parte diferenciada da cidade, o Centro – que na sua materialização urbana conteve historicamente as condições próprias da centralidade –, terminou flutuando livremente pela cidade, identificando ou criando novos espaços: os centros (TOURINHO, 2007, pág. 25).

Conseqüentemente os processos de transformação urbana são processos de modificação da paisagem urbana, portanto, o objetivo da pesquisa é investigar o processo de expansão urbana de João Pessoa - PB e a formação de novas centralidades a partir do entendimento de que esses novos centros são portadores de significados na paisagem urbana da mesma.

Buscou-se estruturar o artigo em quatro partes: a primeira diz respeito a uma breve introdução acerca do que será explorado ao longo do estudo em tela e apresenta a contextualização do objeto de estudo.

A segunda parte do artigo contextualiza o objeto de estudo, apresenta a problemática da pesquisa, o contexto urbano da cidade de João Pessoa, buscando observar a formação de novas centralidades dentro de um processo de expansão e reestruturação urbana o que nos encaminha para diversas reflexões como abordamos na terceira parte onde exploramos a fundamentação teórica.

Na terceira parte, apresenta-se a fundamentação teórica apoiando a construção dos argumentos em textos referenciais que trazem importantes reflexões acerca da temática explorada na pesquisa. Dentre os quais destacamos os artigos de Norma Lacerda (2011) "*Fragmentação e integração: movimentos de (re)estruturação espacial das metrópoles brasileiras*" e Marcelo Lopes de Sousa (2011) "*A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginário e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano*". Abordaremos ainda os estudos de Villaça (2001) sobre os espaços intra-urbanos nas cidades brasileiras, os estudos de Tourinho (2007) que tratam do fenômeno das novas centralidades no seu texto "*Do centro às novas centralidades: uma trajetória de permanências terminológicas rupturas conceituais*", bem como, estudos específicos sobre a cidade de João Pessoa - PB. Uma última contribuição para o estudo apoia-se na percepção de Luchiarri (2001) em seu artigo "*A (re) significação da paisagem no período contemporâneo*". Na última parte do artigo, tecemos as considerações finais destacando os aspectos seminais que contribuiriam para aprofundar a pesquisa em tela.

Contextualização do objeto de estudo

Passamos agora à contextualização de nosso objeto de estudo. Apoiamos nossa pesquisa sobre a realidade urbana de João Pessoa, capital da Paraíba, em duas fontes documentais. A primeira é uma publicação do Núcleo de documentação e informação histórica e regional - NDIHR intitulado "*A questão urbana na Paraíba*" (1999), e a segunda são artigos publicados pelo Laboratório de estudos urbanos e regionais - LAURBE da Universidade Federal da Paraíba.

Os estudos sobre as novas centralidades apontam para questões de cunho econômico, de produção, de circulação. A abordagem deste trabalho visa lançar o olhar sobre estas novas centralidades buscando investigar a questão dos significados e da apropriação por parte da população, como parte da paisagem da cidade contemporânea. Tais espaços são formadores da morfologia urbana e cada vez mais são percebidos pela questão da produção e do consumo. Assim, por não carregar os atributos vistos em áreas de cunho histórico, a paisagem de áreas consideradas novas centralidades, se configura de maneira diferente dos centros antigos.

Perguntamo-nos se a essas paisagens das novas centralidades atribui-se significados que não se pautem apenas pela questão do capital e do consumo como mencionado acima. Nossa premissa é que precisamos investigar mais sobre a questão dos significados, de como esses diferentes espaços são apropriados, o que abre um leque de possibilidades de olhares sobre os estudos das novas centralidades.

A inquietação com tais percepções aproximou-nos da temática da pesquisa. A observância das mudanças nos significados de novas centralidades que compõem a paisagem contemporânea constitui-se como problema central deste estudo que toma como estudo de caso a cidade de João Pessoa - PB. Nosso recorte temporal abarca o período da década de 1970 até a atualidade fase essa que, como veremos, compreende um momento de profundas mudanças na estrutura urbana da cidade.

João Pessoa é uma cidade de mais de quatrocentos anos. O processo de expansão urbana é muito recente se olharmos para a sua história. Foi fundada em 1585 como cidade real à margem direita do rio Sanhauá, onde se fixou o porto. A ocupação do sítio se deu a partir das margens do rio, local do porto e do comércio e na colina à frente, onde se fixaram as residências, o poder laico e o religioso. O sítio em acrópole seguia a estratégia de defesa portuguesa de implantação dos núcleos urbanos.

A cidade assim se estabeleceu, ficando circunscrita ao seu núcleo inicial por mais de trezentos anos. Como barreiras ao seu crescimento, encontramos a oeste o rio, seu limite natural e a leste um sítio alagadiço conhecido à época como Lagoa dos Irerês. Este charco passou por um processo de saneamento e urbanização no início do século XX com projeto de Saturnino de Brito permitindo com isso a transposição do mesmo e o consequente crescimento urbano nesta direção, abrindo assim, um vetor de expansão rumo ao mar.

O início do século XX foi marcado por um processo de melhoria urbana em grande parte das capitais brasileiras. Na Paraíba o desenvolvimento da produção algodoeira favoreceu a urbanização da cidade. A abertura da avenida Epitácio Pessoa em 1933 deu

início ao processo gradativo de expansão rumo às praias. Outro eixo de crescimento verificado no mesmo período foi em direção ao sul, no eixo de ligação com Recife - PE. Como afirma Scocuglia:

Iniciou-se um processo de esvaziamento das áreas residenciais do centro antigo, consolidado a partir da década de 1960, especialmente com a construção do eixo de ligação centro-praia representado pela Av. Epitácio Pessoa (iniciada na década de 1930 e só concluída no final da década de 1950), ou antes mesmo quando se urbanizou a lagoa do Parque Sólon de Lucena e a cidade se expandiu em direção aos bairros das Trincheiras e Tambiá. (Scocuglia, 2004, pág. 79)

Segundo o livro “A questão urbana na Paraíba” (1999), fruto de uma pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de documentação e informação histórica regional - NDIHR, citado acima, “a partir de 1963 começaram a ser operadas intervenções públicas de órgãos federais em João Pessoa, marcando um momento importante de reestruturação urbana da cidade” (GONÇALVES, 1999, pág. 42). Neste período foi implantado o Campus Universitário da UFPB, “foi a primeira atividade urbana permanente da cidade situada a sudeste” (GONÇALVES, 1999, pág. 43). A partir de 1964, o regime militar criou o Sistema de Financiamento da Habitação, que tinha o Banco Nacional de Habitação (BNH) no seu comando. Isso favoreceu investimentos na habitação, infraestrutura e equipamentos urbanos em todo o país. “Em João Pessoa os conjuntos habitacionais passaram a se constituir num elemento chave para a reordenação de sua estrutura urbana, ocupando a linha de frente e funcionando como vetor de direcionamento do crescimento da cidade em direção a sudeste” (GONÇALVES, 1999, pág. 43). Tal área, como veremos, se configuraria anos mais tarde em uma nova centralidade urbana. Esse momento também foi marcado pela atuação do sistema financeiro de habitação através do financiamento de unidades habitacionais isoladas (SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) tendo como público uma população de mais alta renda que direcionou seus investimentos em construções no eixo de ligação com as praias, valorizando desta forma, o uso do solo nessa direção (figura 01).

Na década de 1970, foi o governo do Estado que deu maior impulso a construção dos conjuntos habitacionais. Esse período foi marcado também pelo surgimento das primeiras favelas no meio urbano, fator esse que agravou a questão da moradia na cidade. É também o período em que se observa, de fato, a estratificação do solo como afirma Gonçalves,

Com a brusca elevação no nível de valorização do solo das áreas atingidas por benefícios urbanos, acelerou-se o processo de expulsão dos moradores dessas áreas. O solo tornou-se mais estratificado e as novas ocupações que foram se formando na cidade já surgiram bem

mais marcadas pelo nível de renda de seus ocupantes (GONÇALVES, 1999, pág. 38).



Fig. 01: Mapa de João Pessoa

Os anos 1980 foram marcados pela construção do maior número de unidades habitacionais. Surgiu, entre outros, o conjunto dos Bancários, um dos bairros que ajudou a consolidar a expansão a sudeste da cidade e posteriormente o conjunto Mangabeira I.

Ainda naquela direção, foi dado o primeiro passo ao início das ocupações para além da faixa que contorna a BR, através da implantação do Conjunto Mangabeira I. Este conjunto, localizado em terras do Estado, veio destoar bastante dos demais, seja pelo seu porte bem acima dos restantes (3.238 unidades), seja por sua localização, formando a dianteira para a ocupação de uma área litorânea até então não atingida – a Paria do Sol – para a qual posteriormente vieram a ser traçados os planos de criação de um pólo turístico (GONÇALVES, 1999, pág. 51).

O conjunto dos Bancários foi construído em 1980 com 1.500 unidades habitacionais, e Mangabeira I no ano de 1983 com 3.328 unidades. Ao Mangabeira I, sucedeu-se a construção de Mangabeira II com 6.344 unidades. Foram construídos posteriormente, mais cinco versões do conjunto e Mangabeira na atualidade se constitui como o bairro mais populoso de João

Pessoa, com cerca de setenta e seis mil habitantes, dados do censo do IBGE de 2010. Junto com o bairro dos Bancários, Mangabeira representa uma nova centralidade urbana em João Pessoa.

Os estudos de Andrade (et al, 2009) apontam que este processo de ocupação dos núcleos, como denomina os autores, litorâneo e sudeste, iniciados a partir da intervenção estatal das décadas de 1960/ 1970 resultou em uma completa reestruturação urbana da cidade João Pessoa, com a consequente estratificação do solo urbano e a formação de centralidades à sudeste e no litoral (figuras 02, 03 e 04).



Figura 02: Mapa de João Pessoa; figura 03: vista do núcleo litorâneo; figura 04: núcleo sudeste.
Fonte: Andrade, 2009.

Estas áreas consideradas novas centralidades possuem um setor de comércio e serviços pujante na cidade. O deslocamento do comércio e serviços do centro antigo somado ao abandono da moradia na área central levaria ao progressivo declínio do centro histórico tradicional. Um aspecto que cabe destacar e sobre o qual nos debruçamos na próxima parte do trabalho de fundamentação teórica, diz respeito a observância das diferenças sob diversas óticas entre as novas centralidades e os centros tradicionais.

Fundamentação teórica

A contextualização do processo de expansão urbana de João Pessoa e a formação de áreas que viriam a se constituir como novas centralidades urbanas nos faz perceber a necessidade de ampliar um olhar para uma realidade muito mais abrangente da qual a cidade de João Pessoa é um reflexo, e principalmente, faz-se necessário o entendimento da complexidade que tal fenômeno congrega.

Lacerda aponta que na década de 1970, a recomposição espacial das cidades brasileiras teve como resultado a fragmentação territorial. Dentro desse fenômeno destaca como uma das características a formação de áreas centrais fomentada pelo investimento habitacional para camadas mais altas, tal fator impulsionou o afastamento do centro tradicional e o conseqüente abandono dos mesmos (LACERDA, 2011, pág, 15). Tourinho corrobora este pensamento quando afirma:

Nesta proliferação de centros se consuma o fato de a centralidade ter deixado de ser atributo exclusivo do Centro – entendido como aquela parte diferenciada da cidade, com características muito específicas, resultantes de sua lenta construção no tempo, uma vez que foi a própria cidade durante muito tempo, enquanto que o Centro deixou de ser o lugar referencial da centralidade (TOURINHO, 2007, pág. 11).

As palavras de Tourinho suscitam duas questões que merecem destaque no que diz respeito às novas centralidades, a primeira consiste no fato de ter havido um rompimento de uma leitura interpretativa dos significados que os centros urbanos antigos congregavam e a segunda, reside na dispersão das atividades consideradas centrais e a conseqüente fragmentação da cidade como vemos na abordagem que Lacerda (2011) faz sobre o tema.

As novas centralidades nas grandes cidades decorrem de um processo de expansão urbana onde se consolidou comércio e serviços a partir da necessidade da população de diminuir seus deslocamentos. Villaça nos aponta que, “o centro surgirá a medida que se desenvolver a comunidade organizada e com isso, um ponto do território que minimiza os somatórios dos deslocamentos dos conjuntos dos membros da aglomeração” (VILLAÇA, 2001, pág. 239). Estas novas centralidades são um fenômeno da expansão dos núcleos urbanos contemporâneos do ponto de vista econômico, de circulação, por congregarem atividades consideradas centrais, sem, contudo, apresentarem os atributos simbólicos dos centros tradicionais.

A observância do distanciamento dos centros antigos e a perda dos valores simbólicos, nos remete a três aspectos relevantes a serem considerados no que tange às novas centralidades. O primeiro aspecto diz respeito à questão da fragmentação urbana tratada por

Lacerda (2011) em seu texto “Fragmentação e integração: movimentos de (re)estruturação espacial das metrópoles brasileiras”. O segundo aspecto que tratamos diz respeito à questão dos deslocamentos abordado por Villaça (2001) em seu estudo: “Espaço intra-urbano no Brasil”. E o terceiro, diz respeito à própria noção de centralidade, que aqui, tecemos observações pautadas em uma percepção sobre a questão do sentido da palavra a partir do texto de Marcelo Lopes Souza (2011).

Voltemos a questão da fragmentação. Segundo Lacerda:

“(…) entende-se por *fragmentação espacial* a divisão da cidade em partes (*fragmentos*), que podem ser individualizadas, a partir da identificação dos diversos padrões de uso e ocupação do solo, bem como dos níveis de provimento das infraestruturas, mais particularmente das redes de mobilidade de matéria (pessoas e bens) e informação. Esses níveis, por sua vez, definem o *grau de integração* de cada uma das partes com as demais (...) (LACERDA, 2011, pág. 2)

Concorda-se com a visão da autora e a maneira como observa que as cidades latino-americanas são exemplos de cidades fragmentadas e não apenas a cidade globalizada. Dito isto é importante destacar que fragmentação não implica em segregação, conceito este que denota exclusão ou apartação de tais áreas das cidades. O conceito de fragmentação espacial é muito importante para observarmos o caso em estudo. Primeiramente, o processo histórico de formação dessas novas centralidades aponta para áreas de expansão do tecido urbano com ocupações distintas pelo padrão de uso e ocupação do solo influenciado pela clara distinção de nível de renda da população que se destinou para tais áreas.

Se considerarmos que o núcleo litorâneo e o núcleo sudeste como aponta Andrade (2011), se consolidaram enquanto novas centralidades em João Pessoa, o conceito de fragmentação ajuda-nos a perceber as singularidades de cada setor individualizando-os dentro do tecido urbano dando-nos parâmetros para a investigação. Tal percepção nos encaminha para aquilo que queremos averiguar com esta pesquisa, que é a apropriação por parte da população de tais espaços. Neste item Lacerda aponta:

É oportuno registrar que os modelos de representação da estrutura intraurbana da cidade sempre revelam a dimensão socioespacial do processo de (re)estruturação das cidades. Significa isso que, no caso, por exemplo, do atual processo de reestruturação espacial das metrópoles, ao movimento de *fragmentação/ integração espacial* corresponde o de recomposição social (LACERDA, 2011, pág. 12).

Aqui observamos o segundo aspecto descrito que diz respeito aos deslocamentos. Aspecto esse interligado ao movimento de fragmentação/ integração espacial descrito por Lacerda fundamental para compreensão do fenômeno das novas centralidades nas cidades

contemporâneas. Digo interligado, pois, ao processo de expansão do tecido urbano e o surgimento dos espaços fragmentados observa-se deslocamentos de níveis variados. Deslocamento na escala urbana no sentido da mudança, transferência ou distanciamento do próprio tecido urbano, pois isso, por se só já representa um deslocamento. E outro nível, o deslocamento cotidiano, no sentido de circulação de pessoas, mercadorias, informações. Como afirma Villaça:

O espaço intra-urbano, ao contrário, é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho - como no deslocamento casa/trabalho -, seja enquanto consumidor - reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. Exatamente daí vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano (VILLAÇA, 2001, pág. 20).

É exatamente a necessidade de diminuir os deslocamentos cotidianos que emerge a formação das novas centralidades urbanas ou subcentros. Villaça (2001, pág. 293) assinala que estes subcentros constituem-se em uma réplica que se assemelha ao centro principal sem se igualar com esses, principalmente no que diz respeito aos significados para a cidade. Tais subcentros cumprem o seu papel apenas para parte da mesma.

Todavia, a questão da centralidade implica em um aspecto semântico com relação ao sentido que se dá a palavra, neste sentido Villaça afirma:

Inicialmente, convém deixar claro que é necessário estar atento para o fato de que, como acabamos de ver, variam muito os conceitos e as realidades representadas pela expressão centro urbano; é preciso, pois cautela na interpretação desse vocábulo e também na sua utilização (VILLAÇA, 2001, pág. 30).

Chamamos atenção para a percepção do estudo de Souza no que tange ao sentido das palavras. Embora, Souza não esteja tratando em seu texto “A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônimos e autônomos na produção do espaço urbano” (2011) sobre a questão das centralidades, dois pontos nos desperta a atenção para fecharmos o presente artigo. O primeiro ponto leva em consideração a questão do planejamento urbano, nesse aspecto, introduzimos a questão das novas centralidades ao observarmos que pensar a cidade, ou planejá-la, perpassa pelas práticas cotidianas de seus usuários. Neste sentido, no nosso caso de estudo, é fundamental observarmos essas práticas na atualidade e como essas práticas se constituíram ao longo do tempo através de seus usos e significados. O segundo ponto, decorre do primeiro e diz respeito ao fato de que os processos urbanos não podem ser visto sem a questão social. Portanto para Souza (2011, pág. 160): “ressignificar espaços é

ressignificar relações sociais e de grupos sociais, e vice-versa. Tal raciocínio aproxima-se de Lacerda (2011), como já mencionado anteriormente, ao apontar que ao movimento de *fragmentação/integração espacial* corresponde o de recomposição social.

Ao concluirmos, observamos que um desafio que se impõe para o entendimento da paisagem de novas centralidades, é o de buscar os significados intrínsecos em uma paisagem por vezes fragmentada ou entender fragmentos de paisagens em uma realidade urbana cada e vez mais complexa ditada por valores de uma sociedade de consumo. Essa é a realidade da paisagem das novas centralidades no caso de estudo. Outro aspecto a destacar é a velocidade com que essa mesma paisagem se modifica ditada por uma lógica de mercado de intensa velocidade de transformação. Fechamos com a percepção de Luchiari (2001) em seu artigo “A (re) significação da paisagem no período contemporâneo”, segundo a autora:

A produção de um novo contexto material altera a forma/ paisagem e introduz novas funções, valores e objetos. Esses objetos, formas dotadas de conteúdo, permeadas pelas ações e contextualizadas por um sistema de valores, são imbuídos de significação e intencionalidade (LUCHIARI, 2001, pág. 13).

Tal afirmativa corrobora de certa maneira o pensamento acima exposto por Lacerda e Lopes e defendido neste artigo, o de que a significação da paisagem é fruto de uma recomposição social.

Considerações finais

Observou-se que as transformações/ expansões significativas na cidade de João Pessoa foram introduzidas pela questão da habitação, pelos investimentos federais ocorridos em todo o país em um período de profundas mudanças na estrutura das cidades brasileiras decorrentes da política e da economia vividas pelo Brasil e da qual João Pessoa é um reflexo como já falado anteriormente.

Sob essa ótica, percebemos que os significados atribuídos à paisagem de novas centralidades em nosso objeto de estudo são marcados por óticas distintas entre a centralidade litorânea e a sudeste. A própria configuração espacial e a localização das novas centralidades em tela nos remetem para contextos diferenciados de leitura da paisagem em João Pessoa. A partir de um processo de expansão urbana ditado por fatores econômicos, políticos e sociais descritos na contextualização do objeto de estudo, vimos que desde o início a formação dessas novas centralidades foi ditada por uma lógica de ocupação diferenciada por classes econômicas e pela localização no tecido urbano, ou seja, a praia, o setor litorâneo e um eixo viário como norteador como no caso sudeste da cidade. Tais fatores levam a

conformações ou fragmentos que se distinguem na paisagem. Portanto, entender as novas centralidades como espaços fragmentados, mas não apartados da cidade, faz perceber a diversidade dentro do tecido urbano como aponta Lacerda, e principalmente, que esse processo de reestruturação espacial corresponde a um de recomposição social.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Paulo Augusto Falconi de; LEITE RIBEIRO, Edson; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da. *Centralidade urbana na cidade de João Pessoa – PB. Uma análise dos usos comerciais e de serviços entre o centro tradicional e o centro seletivo – 1970/ 2006*. Arquitextos, São Paulo, 09.106. Vitruvius, mar 2009 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/reads/arquitextos/09.106/69>.

ABRAHÃO, Sérgio Luís. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

CASTELLS, Manuell. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Volume 1.

GONÇALVES, Regina Célia; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira; LAVIERI, João; Rabay, Glória. *A questão urbana na Paraíba*. João Pessoa: Ed.Universitária, 1999.

LACERDA, Norma. *Fragmentação e integração: movimentos de (re)estruturação espacial das metrópoles brasileira*. Rio de Janeiro, XIV Encontro da Anpur, palestra na mesa Redonda Métrópolis Hoje: Fragmentação / Integração, mimeo, 2011.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. *A (re)significação da paisagem no período contemporâneo*. In. CÔRREA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. *Revitalização urbana e (re)invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa (1987-2002)*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2004.

SOUZA, M. L. de. *A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano*. In CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. *Do centro às novas centralidades: uma trajetória de permanências terminológicas rupturas conceituais*. In. GITHY, Maria Lúcia Caira, LIRA, José Tavares Correia de. (Org.). *Cidade: impasses e perspectivas*. São Paulo: Annablume, 2007.

VILAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.